

Nacionalismo e farisaísmo

POLÍTICAS DO GOVERNO DEVEM CONCENTRAR-SE NA DEFESA DE REAIS INTERESSES NACIONAIS

MARCELO DE PAIVA ABREU

A potencial restauração do poder de fogo político do Planalto decorrente da recuperação econômica, que poderá ser sustentada, tem estimulado a redefinição de posições, tanto de segmentos da coalizão governamental quanto da oposição. Daí decorrem as nervosas movimentações de candidatos a candidatos no seio da coalizão governamental. Por seu lado, a oposição teme a repetição do rolo compressor de 1994, quando o sucesso político do governo foi assegurado pelo desempenho da economia.

Tanto no seio da coalizão governamental quanto na oposição, a ênfase das críticas às políticas governamentais concentra-se no que se alega ser, em nome do nacionalismo, o despropositado crescimento da participação do capital estrangeiro na economia, ou na "exagerada" abertura do mercado brasileiro às importações. A exploração das paixões tem sido facilitada pela obtusa política econômica externa norte-americana tanto na esfera multilateral, como demonstrado no fracasso de Seattle, quanto mais recentemente nas relações bilaterais com o Brasil.

Há, neste quadro, uma grande confusão, com profundas raízes históricas, sobre o significado de nacionalismo. Nacionalismo legítimo implica a defesa de interes-

ses nacionais; e não, a despeito do que pretendem alguns, a defesa de interesses nacionais selecionados. Na história brasileira, o apelo nacionalista no terreno econômico baseou-se inicialmente em argumentos de racionalidade duvidosa e apenas mais moderadamente descambou para a defesa de interesses específicos. Assim, faz parte da mitologia nacionalista a ideia de que a baixa tarifa que vigeu após a independência brasileira teve grande impor-

tância para evitar um surto industrial que teria ocorrido caso um Brasil hamiltoniano tivesse imitado os EUA. No primeiro terço do século 20, a insistência de políticos mineiros

coordenados por Bernardes no bloqueio à exportação de minério de ferro pela Itabira Iron atrasou por muitos anos a exploração dos recursos minerais de Minas Gerais.

A depressão econômica dos anos 30, ao comprometer a articulação comercial e financeira da economia brasileira com a economia mundial, abriu a possibilidade de adoção de políticas que eram nacionalistas à medida que enfatizavam o crescimento do mercado nacional. Aumentou, também, o escopo para a ação normativa do Estado e, gradualmente, aumentou a participação direta e indireta do Estado na vida econômica do País. A contínua fragilidade do balanço de pagamentos, decorrente do comportamento mediocre das ex-

portações e da incapacidade de atrair investimentos diretos estrangeiros no volume desejado, estimulou o nacionalismo. As dificuldades dos provedores estrangeiros de serviços públicos em um quadro de instabilidade cambial e regulação inadequada levaram à estatização, primeiro, das estradas de ferro e, depois, das companhias de energia elétrica e de outros provedores de serviços públicos.

A normalização da economia mundial pós-final dos anos 50 reduziu em muito a relevância dos argumentos em favor da crescimento "para dentro" e do enorme aumento da esfera de ação do Estado, dois esteios essenciais do nacional-desenvolvimentismo. Mas, no Brasil, a despeito do discurso liberal pós-golpe militar, o "nacionalismo" continuou a ser elemento essencial da estratégia econômica de sucessivos governos militares, sem grande crítica por parte de importantes segmentos da oposição. Os interesses setoriais envolvidos na manutenção da posição "nacionalista" aumentaram significativamente. Políticas alternativas envolveriam o desmonte de posições privilegiadas de acesso ao mercado brasileiro, ao crédito estatal subsidiado, ao tratamento fiscal discriminatório, e a outras benesses farta e discricionariamente distribuídas pelo Estado. A constatação desta continuidade entre o interregno democrático de 1945-1964 e o regime militar faz com que não cause grande admiração que a atual ofensiva "nacionalista" envolva desde políticos com carreiras consolida-

das no regime militar até segmentos da oposição de ontem e de hoje que padecem de miopia na percepção dos verdadeiros anseios populares.

O modelo nacional-desenvolvimentista entrou em colapso há 20 anos. A estratégia do atual governo, de abandonar as políticas do passado, pretende viabilizar a retomada do crescimento. Os defensores do nacional desenvolvimentismo lamentam a desarticulação dos "mecanismos de governança e de coordenação estratégica". Os que não são completamente desmemoriados vão-se lembrar que tais "mecanismos" dependiam crucialmente do assalto aos cofres públicos por meio da manipulação de bancos estatais, da exploração do mercado doméstico protegido por tarifas de importação extremamente elevadas e do acesso a crédito público seletivo e pesadamente subsidiado. Um Brasil decente não deve ter saudades de governança desse tipo e não deve enternecer-se com o clamor dos desmamados. Parafraseando o dr. Johnson, para manter a norma educada: o patriotismo não deve servir de disfarce para a defesa de interesses setoriais. A alegação de defesa de interesses nacionais deve ser reservada a situações em que os interesses da maioria da população estejam sendo efetivamente defendidos. O resto é lobby, mesmo que embrulhado na bandeira nacional, e como lobby deve ser tratado.

**Brasil decente
não deveria ter
saudades de
governança em
que se assalta
cofre público**

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio